



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2008

Acta n.º 25

Ao trigésimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:50 horas, na Sala de Reuniões do Edifício da Junta de Freguesia da Guia, por convocatória de treze de Junho e Aditamento de vinte e cinco de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob a Suspensão de mandato, por um período de 60 dias, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

PONTO SEGUNDO: Aprovação da acta da sessão de 17/12/2007; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Avenida e do Largo 25 de Abril, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças em Operações Urbanísticas do Município de Albufeira, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, por delegação de poderes da C. M, do concurso publico de fornecimento continuo de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 300.000,00 euros, acrescido de IVA, nos termos do n.º 1 e do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITAVO: Tomada de conhecimento ou eventual tomada de posição sobre o Relatório de Actividades referente ao ano de 2007 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Albufeira; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para a Prestação de Serviços de Seguros pelo período de 4 anos, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; --

Presidente da Assembleia - Boa noite. Vamos dar início a esta Assembleia Municipal. Já vai um pouco fora da hora. É sempre um prazer vir à Guia. É bom nós virmos aqui porque é uma freguesia importantíssima no concelho de Albufeira. Declaro aberta esta reunião da Assembleia Municipal. A Dra. Eugénia vai proceder à chamada. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (22:00h), Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa (22.00h), de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e o Secretário da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Joaquim Ramos Sampaio. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, Desidério Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves e Carlos Quintino e em regime de não permanência, os Vereadores, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

FALTAS: Miguel Alexandre Correia Mesquita e Francelina da Luz Rodrigues Lourenço.

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Miguel Mesquita e Francelina Lourenço, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros, José Vila Nova e Euridice Vieira. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Zélia Ricardo - Nós habitamos na Rua do Emigrante, que se deveria chamar "Rua Aleijada" porque está mesmo aleijada. Muitas pessoas já lá têm caído, inclusive eu. Até fiquei com as lentes dos meus óculos riscadas com a queda. Quando fizeram a estrada nova, no lugar de baixarem o solo, colocaram alcatrão por cima do que já lá estava,

então a estrada ficou mais alta do que as nossas casas. Já pensei chamar a "Sic", a televisão, para ir lá filmar a nossa rua, é uma rua digna de se ver. Além disso, as árvores que foram plantadas depois dessa requalificação, as suas raízes levantam o solo e por vezes as pessoas, falando em Algarvio, dão trambolhões. Penso que as árvores são de má qualidade. Nós não gostamos daquelas árvores. Já fizemos um abaixo-assinado, tenho aqui as cópias, são três folhas assinadas pelas pessoas da Rua do Emigrante. As árvores sujam muito, tenho aqui algumas fotografias que posso mostrar. Deitam folhas, flores e resina. Nós pedimos, não sei se os meus vizinhos querem falar, que aquelas árvores fossem arrancadas. Em último caso, substituídas por outras. Qualquer pessoa pode ir ver, está lá para se ver. Gostava que houvesse um seguimento e que, realmente, as árvores saíssem de lá. -----

Artur Albino - Eu tenho duas árvores junto à minha casa e no meu terraço é só resina e folhagem. E tenho o muro quase arrancado com raízes. As raízes estão a me entrar para baixo da casa. A resina fica no corrimão das escadas e as pessoas não se podem agarrar ao corrimão para subirem os degraus. -----

Zélia Ricardo - posso entregar as fotografias? -----

Presidente da Assembleia - Entrega no fim. -----

Ana Gracinda Ponte - Já vivo ali há muitos anos e nós temos de andar sempre a varrer a nossa entrada porque as folhas das árvores são enormes. E para além das folhas depois vem a flor e aquilo é uma autêntica porcaria. Estou sempre, todos os dias, a varrer a entrada, apesar de haver muita limpeza, as pessoas todos os dias limpam. Estamos descontentes porque as árvores são muito grossas, muito altas, não dão sombra, só crescem, e além disso, as raízes rebentam com o passeio todo. Temos de ter muito cuidado ao passar no passeio para não cairmos. -----

Carlos Ventura - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos. O meu teor é sempre o mesmo. Eu não quero ser enganado. Não quero que me façam o que têm andado a fazer. Aqui na Guia, quando tinha 18, 21 anos, até de padre fiz, era o padre Alberto Piscarreta. Tentei aqui na Guia ser solidário com as pessoas. Com certeza que aqui na Guia, houve pessoas que foram prejudicadas, com terrenos que não puderam construir. Essas pessoas não as vejo aqui, com certeza têm medo. No meu país implantaram o medo. Eu, fui vítima, tive represálias, e estou esperando que me façam. Eu critico, denuncio, para inquérito o que vou expor aqui. O que é portar-se mal? Já vi de tudo. Fizeram-me quase tudo. Vi numa reunião camarária comerem sandes. Um Vereador faltou levar o garrafão de vinho, fandango algarvio, bicos de pica para comerem os caracóis, na reunião camarária. O Sr. Presidente, que está presente, sabe que é verdade o que eu estou a dizer. Senhores Presidentes, sois responsáveis de muitos construírem e outros não. Sr. Presidente, há sete anos, não fizeram o lancil. Eu não peço para colocarem o lancil porque já fechei a minha casa comercial. Quatro casas comerciais estão fechadas. Estou a viver da minha reforma e quando não poder, ponho o meu carro à porta da Câmara e vou viver para lá. Fui abusado e desabusado. Com influências diversas, outros "chicos espertos" beneficiam do suor da honestidade, do sacrifício do povo que merece respeito. Construiu-se em cima de dunas. Há dias, um desequilíbrio, originou a saída de águas de Albufeira, com um cheiro nauseabundo, na

Galé, Salgados. Construíram e continuam a enterrar dunas. O mar revolta-se e o espaço entre o oceano encurtou-se. Não existe protecção, basta dez vendavais e o mar entra e juntar-se-á ao Aldeamento dos Salgados. Inquérito, é o que eu peço. Onde se encontra a fiscalização? Destruíu-se a orla marítima, a fauna, o habitat da raposa, das aves, das gaivotas, que dormem e fazem sujidade nos telhados mesmo em frente à Câmara Municipal de Albufeira. Destruímos a orla marítima, as falésias, os miradouros. Construiu-se frente ao oceano, a um quilómetro para Norte, foi uma aberração. Desumanizaram o turismo. O que é portar-se mal, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Junta? Quem é livre, tem um preço. Esse preço não foi atribuído. O Sr. Presidente Cavaco Silva diz, existe corrupção, pergunta se os dinheiros à entrada de Portugal à comunidade de emigração, vários milhões de euros diários durante dezenas de anos, se não houve desvio, se não houve corrupção. Isto é um acto que o Sr. Presidente e as pessoas daqui responsáveis, têm por obrigação de ver. Foram eleitos pelo povo, têm esse direito, mesmo sendo vereadores da Câmara ou seja Presidente de uma Câmara. O que é portar-se mal? O que é não ter sentido de opinião, à sua própria opinião pessoal? Eu, novamente, irei viver em frente da Câmara Municipal de Albufeira, dentro de um carro. Pela insensatez, pelo privilégio, pela estupidez, pelo poder, pelo papel em que a mesquinhices o tem. Nós o povo, nós opinião pública. Não brinquem connosco. Um dia os ventos abrirão as portas da verdade. Inquérito junto ao farol. Um político influente uma casa albergada. Esse dito político comprou e foi construída. Inquérito a todas as casas construídas em áreas que deveriam ser protegidas. Aberração do PDM. Com tudo isto, peço inquérito ao que me fizeram, ao que citei em anteriores reuniões camarárias, Assembleia Municipais, aos Vereadores, aos Presidentes anteriores, inclusive o Sr. Presidente actual que era ex-Vereador, se apresentou em frente à minha casa, Sesmarias, e disse o que me disse. Inquérito. Deitou-se a terra da Marina com gesso ao mar. Pergunto quanto custou aquela festa do jet-set, num momento de crise no nosso planeta. Vilamoura é uma área grandíssima que vai de Albufeira a Quarteira, preenchida com betão, insensatez, sem nexos, sem sentido. Desfez-se o equilíbrio planetário em nome de quê? Dos privilégios individuais. Uns morrem á fome, outros têm um, dois euros por dia no bolso, outros altos salários. A Câmara Municipal de Albufeira já me enviou para Vila Real de S. António para ser tratado, foi uma pessoa que pertencia aos serviços camarários. O Sr. Presidente da Câmara contradiz-se. Disse que não percebia nada, passados vinte minutos, o Senhor disse que compreendia. Pergunto Sr. Presidente, é seu dever. Algum de vós tentou saber o que se passou comigo? O Sr. Presidente já se movimenta como candidato camarário. Eu não admito que me falem ao respeito. Desde que vim da França, há onze anos, faltaram-me constantemente ao respeito. Agora tenho quatro casas fechadas e estão à venda. Quem quiser comprar, é aproveitar. Eu não admito o que me fizeram. Estou aqui e virei quando for possível a estas reuniões para que o povo acabe de ter medo e peçam os direitos que têm porque se passou aqui muitas coisas em Albufeira. Há casas que não deixou construir, vêm os outros e acabam de construir. Eu vejo, e vocês não vêm!? Pergunto: Se as pessoas estão aqui levantam o dedo para votarem, se não têm também o direito de verem o que se passa? Como cidadão, Sr. Presidente, eu

exijo respeito! Porque eu respeito as pessoas, tentei respeitar, mas a partir de hoje é, olho por olho, dente por dente. Nunca mais um funcionário da Câmara vai-me faltar ao respeito. Nessa altura ele se verá comigo. Porque não é admissível, eu ir à Câmara e vir da Câmara a mandarem-me ir para Vila Real de S. António. Vocês têm uma democracia e, o medo é a alma da porcaria que se está a passar no nosso país, está-se a passar no sistema da nossa Europa, está-se a passar no mundo inteiro. Há uma crise grande que é imposta por um sistema que eu não sei. Esse sistema, não quero estar dentro. Vou terminar. Desejo muita sorte, muitas felicidades, a vocês que estão no poder. Há bocado disse que, eu fazia mal. Eu não fazia mal. Eu quando reajo, se fosse para meu bem, eu tinha dado graxa e tinha um chofer à minha espera, mas eu sinto-me mais feliz como sou, do que ser um vendido ou um comprado. Meus senhores muito boa noite. -----

Presidente da Câmara - É para falar convosco sobre as questões que levantaram da situação da rua e das árvores. É evidente que em tempos recebi o abaixo-assinado e, é evidente que aquela rua, eu tenho passado lá algumas vezes e percebo a situação. Mas, o facto é que, uma intervenção ali tem de ser uma intervenção com pés e cabeça. Eu acredito, de boa fé que, quando aquelas árvores lá foram plantadas, quem as plantou e quem as colocou lá não tinha ideia nem pensou que iriam dar aqueles problemas. A minha proposta é a seguinte: eu para a semana, trago dois técnicos ligados à jardinagem, que saibam tratar de árvores e com o Sr. Presidente da Junta, vamos lá ver qual é a intervenção que se pode fazer. Uma coisa é certa, não se vai tirar as árvores sem ter alternativa e sem ter logo a colocação de outras, porque aquela rua é uma rua muito comprida e merece ter algum cuidado paisagístico e merece ter as árvores. É uma questão de verificar os sítios, de verificar a melhor forma, mas qualquer das maneiras não tenho aqui a solução mas disponibilizo-me para depois, convosco, lá no local, vermos e conversarmos sobre essa questão. Pode ser assim? -----

Zélia Ricardo - Se for para irem lá cortar as pernadas das árvores, não vale a pena. Porque cortam três ou quatro pernadas e depois a árvore continua com mais força, com mais vida, são mais flores, mais resina e mais folhas. -----

Presidente da Câmara - Eu não vou cortar pernadas. A minha disponibilidade é esta. Depois falo com o Sr. Presidente da Junta e vamos lá com os técnicos para começar a trabalhar naquilo. Sobre o Sr. Carlos Ventura, queria dizer apenas uma palavrinha. Nós temos assistido a várias Assembleias Municipais onde o Sr. Carlos Ventura faz intervenções deste género, depois vai embora e deixa aqui no ar várias questões. Para quem não o conhece e não sabe, parece que as pessoas que estão aqui são todas compradas e aprovam isto e mais aquilo. O Sr. Carlos Ventura, tem um processo complicado de há 14, quinze anos, onde no âmbito do Plano Director Municipal, que todos conhecem, há sítios onde se pode construir outros onde não se pode. E tudo isso leva com que, enfim, tenha um pouco essa atitude. Mas, em termos de concretizar as coisas, não tem passado a esse plano. É apenas para deixar isto tudo em aberto. Vem aqui, fala, e depois vai embora. Pelo menos poderia esperar um pouco para ouvir alguma coisa, mas, tudo bem. -----

Zélia Ricardo - Eu não conheço o senhor, mas em pelo menos duas coisas ele tem razão e até tenho pena de as coisas terem-lhe acontecido. Eu não sei o nome, mas no Clube

de Pesca em Vilamoura havia uma fortaleza com um miradouro, onde nós íamos por vezes passear e via-se tudo á nossa volta. Agora, deixaram construir uma casa nesse miradouro. Alcatroaram a estrada, antes da casa feita, colocaram iluminação, estava tudo muito bonito. Agora, está lá uma construção enorme e já não tem miradouro nenhum. Realmente, essas coisas estão muito mal feitas. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia Municipal antes de iniciar o Período destinado aos Membros da Assembleia, fala sobre a questão do acesso à Praia do Evaristo. -----

Presidente da Assembleia - Estou a ver aqui a questão que foi levantada pelo Arq. Pedro Ferro e, a Assembleia, evidentemente, irá ser soberana nesta decisão. O que está aqui é que, a questão foi restabelecida, ou seja, o acesso foi reaberto. De qualquer das maneiras, a questão pode-se considerar em aberto se, se considerar estarmos perante um caminho de natureza pública. Se assim for a Câmara Municipal, não obstante de vir aqui dizer que o encerramento do acesso habitual está previsto, não tem competência para ceder terrenos públicos sem o consentimento da Assembleia. Isto é a minha opinião. Portanto, os Senhores Membros da Assembleia, todos e cada um, terão o direito de ver o processo de reclamação, no qual eu dirigi uma carta à Câmara Municipal e, eventualmente, de se poder tomar uma iniciativa. Eu próprio irei estudar o assunto, mas não sou só eu, são todos. -----

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia, para fazerem as suas intervenções. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

Fernando Neves - Por acaso ia fazer uma pergunta sobre a questão que mencionou agora, mas praticamente já deu a resposta. Só para mencionar que, depois da sessão onde se levantou essa questão, eu fui ao local ver e, de facto, foi reaberto. Mas coloca-se aqui uma outra questão: quem é que abriu a outra entrada, de baixo? Tem lá dois sinais de orientação a dizer Evaristo, um para quem sobe e outro para quem desce. Fico sem saber se foi a Câmara que fez aquela entrada para lá. De facto, está reaberta, estive lá dois dias atrás. A questão que se coloca aqui sobre a cedência de terrenos públicos a privados, pois naturalmente vamos discutir isso numa próxima sessão. De qualquer dos casos, fica a questão, que eu ainda não obtive resposta, relativamente à colocação dos sinais de orientação lá colocados. Outra questão: é relativamente ao requerimento que a CDU apresentou aqui, em que pedia o parecer do Ministério das Finanças em relação aquela situação do IMI que foi levantada numa sessão e o requerimento foi entregue no dia 27/11/2007, nessa sessão, sobre se a proposta que a CDU apresentou se enquadrava naquela situação. A informação que tenho é que, o Sr. Presidente pediu esse parecer ao Ministério das Finanças no dia 4/12/07. Gostava que o Sr. Presidente me informação qual a situação actual e, se o

Ministério não lhe respondeu, qual é a sua intenção em relação a esta situação, de pedir novamente, com urgência, o parecer. Outra questão é, em relação à rotunda que estava prevista naquele acordo que fizeram com os ex-donos do terreno da Central de Camionagem. Se não estou enganado, a Câmara ficou de fazer uma rotunda naquela zona. Eu chamo a atenção para o seguinte: aquilo é uma situação muito premente e perigosa. Apanhei lá um susto um dia destes com um indivíduo que vinha de cima. Quem sobe do Centro de Saúde e chaga lá a cima à Central de Camionagem ao voltar à esquerda, não tem visibilidade. E, se eu não estou enganado, isto é uma situação real. Quando fizeram o acordo com os ex-donos do terreno, a Câmara ficou de fazer a rotunda, até com uma área definida que agora não me recordo. Para quando, Sr. Presidente, aquela rotunda? É urgente e não dá muita despesa. Pelo menos, para evitar de futuro acidentes graves. -----

José Cabrita (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) - Para que de uma vez por todas a coisa fique esclarecida. Há uns anos a esta parte, ouviamos falar, a nível de Paderne que, a norte da EN125 não havia qualquer construção. Poderia haver alguma construção dispersa. Será que o PDM foi alterado? É o mesmo PDM de sempre? Já estava prevista construção na altura? Já que o Sr. Presidente está aqui, estão aqui algumas pessoas, e também estou interessado em saber. Gostaria que, o Sr. Presidente informasse as pessoas. -----

Carlos Gabriel - O Sr. Carlos Ventura já não está, mas ele focou aqui um ponto, que tinha ficado sem terrenos, expropriações de alguns terrenos. Eu quero dizer, como Membro desta Assembleia há muitos anos que, eu dei um terreno na estrada da Guia para o Algoz, ao fim da subida, foi-me expropriado nove mil metros quadrados, que me pagaram, mas eles eram muito maior. Eu não reclamei porque era para desenvolvimento do país. Está a Via do Infante a passar por cima do meu terreno. Por outro lado, sou residente perto do restaurante desse senhor que diz que fechou a casa porque não tem o passeio. É pena ele não estar porque gostava de lhe informar que a duzentos metros da casa dele existe um restaurante que não tem passeio, o alcatrão remata contra a parede do restaurante, e funciona de Verão e de Inverno. Estamos a falar de duzentos metros. Portanto, não deve ser por causa do passeio que o restaurante não funciona e que ele teve de o fechar. -----

Presidente da Câmara - Sr. Fernando Neves, no protocolo do Terminal Rodoviário não ficou mencionado que a Câmara tinha de fazer lá uma rotunda naquele terreno. O que tem como natural é que se faça lá uma rotunda. Mas a rotunda está enquadrada na requalificação daquela rua que vem da rotunda da "Romanceira" até à Rodoviária. E grande parte da rotunda assenta em terrenos que não são da Câmara, nem fazem parte daquela mancha que foi cedida para a Terminal Rodoviária. Ainda na semana passada, eu tive uma reunião com os proprietários desses terrenos, exactamente para, com eles, digamos, trabalhar a cedência desse terreno necessário para a implementação dessa rotunda. Aquela estrada como está, no lado Norte, tem à volta de setecentos metros quadrados que confinam com esse terreno, até está lá um valado e umas oliveiras que nós agora mandamos limpar com a autorização do dono, e do lado Sul, aquele terreno todo que lá está é do mesmo dono do que o do lado Norte. Essa rotunda

vai apanhar terreno do lado Sul, vai apanhar terreno do lado Norte e vai apanhar terreno, desse que foi cedido para o Terminal. Neste momento, o projecto está executado, não só a rotunda mas também toda a requalificação daquela estrada e, digamos que, a "autorização" para intervir lá, praticamente está garantida, por parte dos proprietários dos terrenos. Que é importante e urgente, é verdade, nós sabemos disso, mas primeiro tivemos de trabalhar no sentido de ter autorização para que se faça lá a rotunda em terrenos que não são da autarquia, são de privados. Foi um processo que foi falado, trabalhado e neste momento estamos já num processo muito, muito evoluído em termos de autorização dos proprietários para essa intervenção. Sobre a questão que o Sr. Presidente da Junta me colocou. O Plano Director Municipal que está em vigor, é o mesmo que entrou em vigor em Maio de 1995. E portanto, há planeamento, há a carta onde estão definidas as zonas de edificação dispersa, zonas agrícolas, zonas de REN e a Norte da EN125, na estrada que vai para o Algoz, há umas manchas de edificação dispersa que não estão certas, ou seja, diria que não foram marcadas a "régua e esquadro". Elas confinaram e escolheram, ou pelo menos definiram, perímetros e terrenos que ficaram naquela mancha. Portanto, de Maio de noventa e cinco até hoje, não houve nenhuma alteração do Plano de maneira a que houvesse qualquer intervenção. Se há alguma dúvida quanto a alguma construção assinalada como zona de edificação dispersa e que se verifique que ela não está, então manda-se verificar os procedimentos para não haver erro nenhum. Não houve qualquer alteração. Tanto mais, agora, no âmbito do Plano de Urbanização da Guia, que virá daqui a uns dez dias com a versão definitiva, a própria CCDDR, não nos autorizou a passar dos limites do Plano Director Municipal. Diria que, por uma questão de esclarecimento, o Plano que está em vigor é o mesmo. Há edificação dispersa do lado Norte, centrado á volta desta rua, como base, e algumas zonas, inclusive do lado Poente do Estádio. Mas nessa zona para Norte é zona de Rede Ecológica, e também há uns bocados de zona Agrícola. São as três partes identificadas nessa matéria, mas não há qualquer alteração do Plano. O que estava em vigor é o que está em vigor. -----

Fernando Neves - Primeiro, é para perguntar se o Sr. Presidente vai accionar o Ministério das Finanças. Outra questão, para o Presidente da Câmara, gostava de saber, se me soubesse responder, quem foi que colocou aqueles dois sinais de informação a dizer Evaristo? Foi a Câmara, foi algum particular? -----

Presidente da Câmara - Sobre isso, não sei, não foi por indicação minha. Que fique claro! O Sr. Vereador Quintino está aqui, pode responder. Se não souber, amanhã de manhã, a primeira coisa que vai fazer, é verificar a situação e contactar consigo para lhe dar essa informação. -----

Fernando Neves - O particular pode fazer isso? Eu penso que não. É só por isso. Há qualquer coisa aqui que não "joga" bem. -----

Vereador Carlos Quintino - Boa noite a todos. Como é óbvio, não fui eu que dei indicação para que fossem os sinais alterados. E, portanto, estou agora a ter o conhecimento que os sinais foram alterados, amanhã tomarei providencias à primeira hora, primeiro para averiguar quem acatou e depois, para retirá-los de lá se,

efectivamente, eles estão colocados no sítio errado. Parece que é isso que está a acontecer. -----

Fernando Neves - Não é essa a questão. Os sinais apareceram lá e a pergunta que fiz foi: quem é que autorizou a colocação dos sinais? Não estão alterados, eles foram lá colocados e abriram uma entrada abaixo daquela que existia, eu chamo àquilo " O Pórtico", que se falou agora aqui, que foi tapado e já está destapado. Que na parte de baixo puseram uma tábua ao meio para não passarem e agora já está aberto. Mas ao lado abriram uma, com um triângulo, digamos, até está muito bem feito, com essa orientação "Evaristo". Como é que aquilo foi lá parar. A minha pergunta é: quem é que colocou e quem é que abriu aquela entrada para lá. Não sei se foi alterada, eu só conheci assim como está lá agora. -----

Presidente da Assembleia - Em relação à questão que me colocou, irei insistir sobre a resposta. Nós na altura fizemos o ofício e ficamos a aguardar que o processo fosse movimentado com a resposta e, como não aconteceu, iremos então insistir. Em relação à questão da praia do Evaristo, devo dizer que também lá passei para ver se estava aberto ou se estava fechado. E quando lá passei estava desobstruído o caminho. Foi uns dias depois do que o Sr. Arq. Pedro Ferro aqui disse. Também há aqui uma questão, que na altura levantamos, agora peço ao Sr. Presidente que mande levantar um processo com vista a ser melhor informado. E o processo de reclamação do Sr. Arq. Pedro Ferro está aqui para consulta. Amanhã ir-se-á ver a questão. -----

Pedro Ferro - Para além desta questão, levantei outra, sobre o acesso às docas da Marina do lado Sul. O Sr. Presidente na altura estava em contacto com as entidades responsáveis. Eu gostava de saber se já ouve alguma evolução da situação. -----

Presidente da Assembleia - Qual é a situação? -----

Pedro Ferro - Foi fechado o acesso ao cais do lado Sul da Marina de Albufeira. -----

Fernando Cabrita - Começou-se por fazer várias rotundas, nomeadamente perto do Centro de Saúde, mas aparece aqui uma que, pelo menos dois anos e meio que foi aberta. O que é que está previsto? O que é que se está a passar? Há algum concurso de ideias para embelezar aquela rotunda? Aquela movimentação de terra que até dificulta um pouco a visibilidade de se ver o trânsito por quem ali passa naquela rotunda. Talvez tenham exagerado um pouco no volume de terras que lá fizeram. Peço que, não deve estar esquecido, não deve haver qualquer ideia, mas era bom, já que hoje estamos aqui reunidos, que os Guienses pudessem saber o que é que se estuda, o que se projecta, o que se está a pensar para ali. -----

Presidente da Câmara - Sobre a Guia, o Vereador Quintino, se autorizar, ele dá a resposta sobre a rotunda. Refiro que é a rotunda das Estradas de Portugal. Mas, qualquer das maneiras, o Vereador Quintino dá essa informação. -----

Vereador Carlos Quintino - Em relação aquela rotunda, como sabem, é propriedade das Estradas de Portugal, foi feita pelas Estradas de Portugal. No entanto, tendo havido, em determinada altura, um contacto por parte da Junta de Freguesia de que, se embelezasse a rotunda de uma forma, em termos de arranjo paisagístico, se identificasse com a população da Guia, eu estabeleci alguns contactos com as Estradas de Portugal, para que as Estradas de Portugal nos deixassem, a nós, Câmara Municipal

e Junta de Freguesia, alguma margem de manobra e nos autorizassem a idealizar um arranjo paisagístico para a rotunda enquadrar, efectivamente, com o local e com os tais elementos característicos da Guia e reconhecidos a nível nacional como sendo elementos característicos da Guia. Parece-me que não é segredo para ninguém, equacionou-se o "frango da Guia" que é, efectivamente, reconhecido a nível nacional e internacional. No entanto, de lá para cá, surgiram outras ideias, o Sr. Presidente da Junta da Guia tem trabalhado em conjunto com o executivo e com a Assembleia, segundo tenho conhecimento, para que se chegue a uma solução em termos de projecto válido para o embelezamento da rotunda, mas que permita que esse embelezamento se identifique com a população, não tem de passar pelo elemento "frango da Guia", há outros elementos da Guia que todos conhecemos que poderão ser uma solução. O ponto da situação é que, efectivamente, existia inicialmente um anteprojecto, que não foi consensual. Agora, surgiu um outro anteprojecto que, a partir do momento que a Junta de Freguesia entenda que, realmente, é de propor à Câmara Municipal aquele arranjo, nós avançaremos. Estamos, efectivamente, nessa fase. -----

Presidente da Câmara - Sobre a questão que o Arq. Ferro colocou: eu procurei munir-me dos elementos necessários e falar com as pessoas. Tenho até um parecer jurídico, no sentido de que todo aquele território, chamemos-lhe assim, que faz parte do contrato de concessão assinado pelo Governo em noventa e sete, porque no âmbito do Plano de Pormenor aquela parte veio logo como zona condicionada. Tenho procurado com o IPTM gerir aquela relação. Aquilo que está lá é um molhe que, na altura estava cheio de lixo, estava aquelas casas todas, e que a Câmara arranhou no sentido de dar uma limpeza e uma organização àquilo. Só depois de estar arranjado é que o pessoal começou a utilizar o espaço, porque antes não se podia ir para lá. Entretanto o IPTM levantou uma série de questões, porque a autorização e a utilização daquele espaço é da responsabilidade exclusiva do IPTM. Depois, colocou-se a questão da concessão que vai desde o início do canal até toda a zona envolvente ao espelho de água. E neste momento, tive um parecer jurídico do Dr. Paulo Martins que refere que, a gestão daquele espaço no âmbito do contrato de concessão é da entidade que tem essa responsabilidade. Quarta-feira às três horas tenho uma reunião com o homem do IPTM para tentar encontrar uma solução no sentido da utilização. Porque o IPTM, já algumas vezes, tem dado sinal de que quer acabar com aquilo do outro lado, uma vez que tem a rampa e aquilo que é um porto de Pescas essencialmente para os pescadores. E portanto, tem sido um equilíbrio que não tem sido fácil de gerir. -----

Pedro Ferro - Mas se bem me recordo da última reunião o Sr. Presidente falou que tinha consigo cópia do contrato dessa concessão. -----

Presidente da Câmara - Não tenho agora aqui comigo, mas faço chegar à Assembleia. --

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia inicia ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob a Suspensão de mandato, por um período de 60 dias, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO SEGUNDO

Aprovação da acta da sessão de 17/12/2007; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Carlos Gabriel, Rui Bernardo, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Avenida e do Largo 25 de Abril, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Aditamento ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças em Operações Urbanísticas do Município de Albufeira, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Da proposta que nos enviaram consta uma proposta de aditamento. Só que esta proposta de aditamento parece-me um pouco vaga, porque não situa esse aditamento uma alteração ao artigo que deveria rever esta situação. Parece que em termos formais deveria haver aqui uma alteração ao artigo em causa ou eventualmente um aditamento ao artigo exposto. Por outro lado a questão de conteúdo é uma questão mais importante, é que, a intenção da nova legislação relativamente às novas regras de licenciamento e emissão de alvará, tem por base retirar uma certa democracia às Câmaras Municipais. Com esse pedido, efectivamente, das comunicações prévias em substituição das obrigações. Parece-me que esta medida da Câmara Municipal, não acompanha efectivamente aquilo que se pretendia, ou seja, retira-se uma certa democracia, retira-se uma série de procedimentos, mas entende-se cobrar exactamente as mesmas taxas. Tendo em consideração que Albufeira é uma das autarquias, talvez a que mais cobra em termos de taxas de licenciamento, seria conveniente que houvesse esse decréscimo, decréscimo esse relacionado também com o decréscimo dos actos praticados na própria Câmara Municipal aquando da comunicação prévia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----
 Votos Contra: zero (00) -----
 Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----
 Votos a favor: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----
 Ausências: zero (00) -----
A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, por delegação de poderes da C. M, do concurso publico de fornecimento continuo de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 300.000,00 euros, acrescido de IVA, nos termos do n.º 1 e do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Era só um esclarecimento por parte do Presidente da Câmara relativamente a este ponto. Estamos perante a aquisição de contadores, parece-me que é isso. Mas se esses contadores, depois de adquiridos, irão custar mais ao munícipe. ---

Presidente da Câmara - Os contadores são oferecidos. A autarquia tem de os pagar. O que quer saber é se os contadores vão ser pagos pelos munícipes, pelos consumidores, é isso? -----

Francisco Oliveira - Exacto. -----

Presidente da Câmara - Nós vamos cumprir a Lei que estiver em vigor através da Assembleia da República. -----

Fernando Neves - Eu lembro-me da sessão em que este problema veio, de perguntar se trazia acréscimos aos consumidores. E, se não estou enganado, disseram-me que não. -

Presidente da Câmara - A Câmara o que vai fazer é, cumprir a Lei que o Governo Português, a Assembleia da República publicar. -----

Presidente da Assembleia - O que está aqui não é a cobrança de água, é a aquisição de contadores. Parece-me que não pode haver uma ligação entre uma coisa e outra. -----

Francisco Oliveira - Também só coloquei a questão dos contadores. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa,

José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Presidente da Câmara - Apresenta proposta (doc.1). -----

Sr. Presidente da A. Municipal,

Verificando actualmente a magnificas
calorização da cidade de Albufeira do
lado noroeste ali a notoria da Pres
de Jovens entendendo que nos se
justifica a iluminação de NATAL
no troço referido pelo que
Solicito que a diposição A. Municipal
o tenha em conta na aprovação do
processo p/ Concurso/

O Presidente
de Câmara

[Assinatura]

20/6/08

Presidente da Assembleia - Está aqui uma proposta que contraria um pouco a proposta de fornecimento. O Senhor está a sugerir que nós aqui retiremos o troço referido, entre a rotunda da Praça de Touros e a rotunda Nascente, aquela rotunda nova que vai dar à Branqueira. -----

Vereador Fernando Anastácio - Sobre essa questão em concreto, o que está em discussão é uma proposta do órgão Câmara Municipal. E o órgão Câmara Municipal deliberou sobre esse assunto, portanto, qualquer alteração dessa proposta com origem Câmara Municipal, deverá ser no órgão Câmara Municipal. Queria deixar essa questão á consideração. -----

Presidente da Assembleia - Mas nós aqui também temos a liberdade de fazermos o que entendermos. -----

Ricardo Silva - Queria levantar aqui uma questão que tem a ver com os critérios de adjudicação, sobre a ordem de importância. As características estéticas também pertencem em detrimento dos preços das propostas. Ou seja, perante esta situação a proposta mais cara pode vir a ganhar o concurso. Suponho que seja isso. Já não é a primeira vez que isto acontece e já não é a primeira vez que nós colocamos esta questão aqui na Assembleia Municipal. Sabemos que é uma Câmara rica, que abunda em dinheiro, mas nestas alturas, tenho dito, existem investimentos prioritários, é preciso dar atenção àquilo que, de facto, mais se necessita no município, e não se pode só olhar para questões de estética e imagem, em detrimento daquilo que é fundamental e que faz falta ao nosso concelho. São as infraestruturas, são os parques de estacionamento, são as escolas, são as creches, são um número infindável de situações. Os lares de Terceira Idade, os espaços verdes, que acho que este executivo camarário deveria focar mais as suas atenções e pôr de parte um pouco a parte estática, a parte visual, a parte fotográfica. Por vezes queima-se muito tempo pensando e actuando nessas situações e perde-se tempo a troco de situações prioritárias e fundamentais para a vida dos cidadãos. -----

José Cabrita (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) - No ano passado tivemos aqui na Guia uma Iluminação de Natal realmente bonita. Agora o que eu estou a ver, este ano foram-nos retirados catorze ou quinze arcos. Temos duas ruas que ficaram esquecidas, temos outras que ficaram com menos arcos. Será que em todo o concelho foram todas penalizadas? Estão a ser economistas? Estou a ver que sim! O Presidente da Câmara está a querer retirar a iluminação de um troço. Foi lapso de quem fez o projecto? No ano passado estava melhor. -----

Francisco Calhau - A Iluminação pública em nosso entender faz sentido. Tem a ver com a imagem que se pretende dar do concelho. Evidentemente que temos algum sentido de contenção, achamos que não deve haver expansão da iluminação para novas áreas. Independentemente da questão formal que foi levantada, vemos com bons olhos retirar aquela proposta inicial que vinha do executivo, entre a Praça de Touros e a nova rotunda. Isso é já uma perspectiva de contenção. Quanto ao resto continuamos a achar que é importante que o concelho tenha e preserve uma imagem em benefício do turismo. -----

Adriano Ferrão - Respeito a opinião do Membro da Assembleia Ricardo Silva, mas de qualquer maneira tenho de a repudiar. Recita, por um lado, que a Câmara não se interessa por assuntos sociais de teor para a população, dando mais valor à imagem e à parte estética. Nós todos sabemos o que a Câmara tem feito e a obra que tem feito em favor dos aspectos sociais e dos benefícios que a população daí tem colhido. Por outro lado, tenho que, de alguma maneira dizer-lhe que, não só é importante para a dignificação de Albufeira, que Albufeira tenha uma iluminação capaz de igualar com outras que hoje em dia competem com Albufeira e que possa até de alguma maneira as superar. Depois nós recebemos muitos hóspedes no Natal e na Passagem de Ano, que também tem expectativas de ver uma Albufeira condigna com esse tipo de iluminação. Por outro lado, é um benefício turístico que se reverte em benefício económico a favor, precisamente, da população que aqui vive e que aqui trabalha. Pois, tudo o que seja apelativo para Albufeira, ainda mais no Natal e Passagem de Ano, é precisamente um aspecto que contraria a sazonalidade que por vezes é um dos prejuízos do Algarve.

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Espero bem que a Câmara tenha mais sorte este ano do que no ano passado, na escolha da empresa que irá ganhar o concurso. É preciso ter algum cuidado porque, realmente, no ano passado, pelo menos na freguesia de Paderne, estava muito aquém daquilo que nos outros anos tinha sido feito. -----

Presidente da Assembleia - Constou aqui um lapso de envio em relação aos valores e que foi enviado posteriormente por email. Pergunto aos senhores membros da Assembleia Municipal se todos receberam. -----

Como nem todos os membros verificaram o email, foi distribuído nesse instante o referido documento. -----

Fernando Neves - É para o seguinte Sr. Presidente. No documento que recebi, extra, de uma página só. "Somos a informar que o valor para o fornecimento é de quarenta e quatro mil euros mais IVA para o ano de 2008, trezentos e noventa e seis mil mais IVA para o ano de 2009, no total de quatrocentos e quarenta mil mais IVA". Eu punha, quarenta e quatro mil para o ano de 2008 e para o ano seguinte, trezentos e noventa e seis mil. -----

Presidente da Câmara - Só para esclarecer aqui duas coisas em relação a estes concursos. Nós já entendemos que os concursos só pelo preço mais baixo é muito complicado, porque o mercado e as empresas que aparecem pelo preço mais baixo deixam-nos "pendurados". Aliás, não sei se se lembram, já houve um ano em que as luzes em Albufeira acenderam no dia vinte de Dezembro, e foi por causa dos preços baixos. Portanto, ou fazemos bem ou não fazemos. De qualquer das maneiras, também vos quero dizer que, no ano passado a conversa na Assembleia <Municipal foi exactamente a mesma. E a empresa que ganhou, ganhou com cem mil euros menos que a segunda classificada, e portanto, diria que, muito abaixo do valor base. É evidente que, é uma intervenção que tem que dignificar o concelho, e portanto tem que ser um concurso onde a qualidade tenha algum factor de diferenciação. Essa, digamos que, é a

base de, também, introduzir essa componente de valorizar do concelho, numa altura importante, para valorizar o comércio, para valorizar a actividade económica. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: é fácil dizer numa Assembleia que está mais preocupado com o estacionamento, com as escolas, com as creches, mas eu só queria referenciar o seguinte, eu acho que é importante também, que as pessoas sabem e estamos na Guia. Eu acho quem devo deixar aqui dito que, neste momento em termos de intervenção na Guia, está a ser feito o projecto da nova escola até o 9º ano, onde vai ter um pavilhão e que vai ser uma escola que, em termos de investimento global vai por volta dos seis milhões e setecentos mil euros. Neste momento está a decorrer a ampliação da escola de Vale Parra com uma intervenção na volta dos duzentos e cinquenta mil euros, por outro lado, em termos sociais, está prevista uma intervenção de fundo no Lar da Guia, na volta dos trezentos e sessenta mil euros. E, por outro lado, já foi cedido um terreno à Fundação para fazer um novo Lar de Terceira Idade. Há um projecto em execução para um parque de estacionamento no sítio do Polidesportivo, com uma zona de esplanada, enquadrada, a dar uma beleza aquela zona, também perto quase dos dois milhões de euros. Foi aberto concurso para o saneamento na zona da Tavagueira, Vale da Ursa. Está a ser feita a iluminação do campo sintético da Guia. Foi aberto concurso para a segunda fase desta zona onde estamos, com uma verba perto dos novecentos mil euros. Neste momento em Vale Parra, perto da Galé, está a ser feita a remodelação e a requalificação da "Setobra", com uma verba cerca de quinhentos mil euros. Está a ser executado, também, o acesso entre os Salgados e a estrada de Vale Rabelho e, posteriormente, em Setembro, aquela que vai ligar a zona da rotunda até aos Salgados. Além das nossas competências e a ajuda à freguesia para ampliar esta Junta, também a ampliação do cemitério. São o exemplo de intervenções só na Guia. Amanhã vai a Reunião de Câmara a abertura de concurso para o parque de estacionamento onde era a bomba de gasolina. Também uma obra importante. No âmbito do Polis, a empresa que vai fazer o estacionamento no Campo do Inatel, já entregou a garantia bancária, garantia essa no valor de sete milhões de euros. É um sinal de que esse parque também vai arrancar. Para não falar do número de escolas, concursos que já abrimos, aliás, dia quatro é a abertura das propostas da escola de Vale Pedras. Neste momento, o pavilhão da nova escola também tem a nossa participação e, diria que, o projecto do lar, creche e centro de dia dos Olhos d'Água também. Eu acho que não vou mais porque se não passava aqui a noite inteira a desenvolver obras concretas, com verbas definidas. Portanto, penso que esta é a resposta aquela questão que ficou aqui na Assembleia, pelo deputado municipal, Dr. Ricardo Clemente. -----

Euridice Vieira - Á cerca das verbas envolvidas neste concurso, há pouco o Eng. Calhau falou que há um esforço de contenção. Eu não percebo qual é o esforço de contenção, porque o concurso do ano passado foi de trezentos e sessenta mil euros, foi adjudicado por duzentos e quarenta mil e, este ano o concurso é de quatrocentos e quarenta mil euros. Em relação ao que foi adjudicado há um aumento de 83%. Em relação à proposta do ano passado há um aumento de 22%. De qualquer maneira excede bastante qualquer taxa prevista de inflação. -----

Ricardo Silva - Há pouco, quando coloquei a questão, o que queria frisar era, de facto, os critérios de adjudicação. A bancada do PSD ficou um pouco incomodada com isso. O discurso que utilizaram não foi em resposta aquilo que coloquei. Porque verificamos que, de facto, existem cerca de 60% para as características estéticas e 15% para o preço mais baixo. De facto existe um diferencial bastante grande, dão mais importância a uma característica que acaba por ser relativa, de certa forma, cabe do critério de cada um. E na altura que se pede alguma contenção aos portugueses, esforço e paciência, julgo que todos nós temos de ter essa questão em atenção e, normalmente começa por cima, ou deverá começar por cima, para dar o exemplo. -----

Francisco Oliveira - Não tenho mais nada a acrescentar, penso que a membro da Assembleia, Dra. Euridice, já o disse, basicamente a questão é essa. Ou seja, se no ano passado foi adjudicado o concurso por duzentos e quarenta mil euros, se estamos efectivamente numa fase de contenção, não se percebe agora subir o valor de referência para quatrocentos e quarenta mil euros. E não estão em causa, pelo menos da bancada do PS a inexistência das Iluminações de Natal. De facto, o que está em causa é a contenção, algum equilíbrio nestas situações, no não indica só o custo da adjudicação, como o custo da energia, que nós sabemos que está cada vez mais elevado. Essencialmente era, tentar perceber a razão pela qual tendo sido possível adjudicar por um valor muito inferior no ano passado, este ano, efectivamente, temos este valor em cima da mesa. -----

Fernando Cabrita - Eu só queria chamar a atenção para o seguinte: este momento é, de facto, de contenção para todos os portugueses. Mesmo com o desafio da competição de outros centro turísticos, que podem querer fazer sombra a Albufeira, tem que haver um bocado de contenção nisto e, penso que não se justifica, que de duzentos e quarenta para o qual se conseguiu fazer, penso que o ano passado não terá sido uma das mais mal sucedidas adjudicações, aquela que o Sr. Presidente da Câmara há pouco falava, eu penso que, saltar de duzentos e quarenta para quatrocentos e quarenta mais IVA, nesta altura, é excessivo. Penso que era recomendável fazer-se alguma prudência e alguma sensatez nestes valores e um pouco de tentativa de criatividade no sentido de fazer valer alguma boa vontade também da parte dos concorrentes e já que se conhecem, muitas das vezes são sempre os mesmos que concorrem e chamar a atenção para esse aspecto, porque não é de forma alguma prudente saltar de duzentos e quarenta para quatrocentos e quarenta mais IVA, que dá mais de meio milhão de euros. Por isso, para além de todos esses projectos que existem, eu penso que deviam dar um pouco de atenção neste momento, é que não se trata só de um pagamento a esta empresa, trata-se também do tempo. Eu compreendo que não se podem acender as luzes de Natal no dia vinte de Dezembro, mas também não é preciso acende-las no dia um de Novembro e o que nós vimos, à semelhança das catedrais de consumo, shoppings e outros, que começam com os produtos de Natal até por via de tentar os consumidores fora do tempo, também não se tem de acender as luzes de Natal demasiado cedo e também não deixá-las perdurar para além do dia quinze de Janeiro. Também há um consumo da electricidade e em momento que estamos, de facto, com problema de energia, não se trata de petróleo, mas de qualquer maneira deveria haver

alguma contenção nisso. Já no ano passado alertei para aquela verba dos fogos de artifício, é uma questão de coerência, mas por mim, acho que deve haver alguma sensatez, alguma parcimónia na votação desta questão. -----

Francisco Calhau - Eu ouvi com atenção aquilo que o Dr. Fernando Cabrita disse e concordo, em termos globais, com o que acabou de afirmar, quanto à contenção. Embora, como também o disse, não é na iluminação de Natal que nós vamos poupar significativamente, é mais a imagem que se dá do que propriamente a poupança efectiva. Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara acabou de referir há pouco uma coisa que me parece importante, é que por vezes o barato sai mais caro. Eventualmente, temos que avaliar se os duzentos e quarenta mil euros do ano passado, não foram efectivamente mais caros do que aquilo que estamos a falar e a tentar salvaguardar neste contrato de arrendamento para os dois anos que vêm. A confirmar isto, basta termos em atenção as palavras do Sr. Presidente da Junta de Paderne ao afirmar que a qualidade daquilo que esperava em termos de iluminação de Natal para a freguesia não foi conseguida. Provavelmente foi muito barato mas, se calhar, saiu mais caro em termos de imagem relativamente ao que se pretendia fazer. E portanto, não podemos fazer daqui um caso, porque de duzentos e vinte mil para quatrocentos e quarenta mil, sim senhor é o dobro em termos de valor, mas se formos analisar o valor que estamos a falar é muito inferior a um conjunto de obras que o Sr. Presidente da Câmara acabou de referir há pouco e que estão a ser feitas por concelho todo. E portanto, isto vale o que vale, em termos de contenção. Em termos de contenção de energia, se o problema a nível energético se mantiver, vamos que olhar para ele de outra forma, mas não é através das luzes de Natal. Agora, podemos dar uma imagem, como diz o Dr. Fernando Cabrita, em vez de encerrarmos no dia de Reis, encerramos mais cedo, mas isso é uma imagem. No contrato existem valores estipulados, e provavelmente não vamos ganhar significativamente com isso, nem sequer em termos de poupança de energia. -----

Fernando Cabrita - Vindo o comentário de onde vem, já não percebo porque há pouco se sentiu realizado e feliz com o cortar-se uma zona, que vai da Praça de Touros até à próxima rotunda. Quanto a mim, eu penso que, efectivamente há que ter um pouco de cuidado com este tipo de situações. -----

Francisco Calhau - É uma questão de evitar a expansão. É só isso. -----

Presidente da Assembleia - No fundo isto é uma autorização à despesa, não implica que a despesa seja esta, obrigatoriamente, todos nós sabemos isso. E também há aqui uma recomendação, de que seja retirado aquele troço entre a Praça de Touros e a rotunda Nascente. -----

Vítor Neto - Que não se corte na Guia. -----

Presidente da Assembleia - Não é na Guia, é no sentido oposto da Guia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DA C.M.A -----

Votos Contra: três (03) Fernando Cabrita, Euridice Vieira e Fernando Neves. -----

Abstenções: seis (06) Vítor Neto, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita e Fernando Gregório. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA RECOMENDAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.A. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO OITAVO

Tomada de conhecimento ou eventual tomada de posição sobre o Relatório de Actividades referente ao ano de 2007 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Os membros Paulo Freitas e Ana Pífar, ausentaram-se da sala por pertencerem à CPCJ. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Ausências: duas (02) Paulo Freitas e Ana Pífar. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

O Presidente da Assembleia propõe que os pontos sejam discutidos em conjunto e deliberados separadamente. Ninguém se opôs. -----

PONTO NONO E DÉCIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO ORÇAMENTO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para a Prestação de Serviços de Seguros pelo período de 4 anos, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Gregório, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. Agradece a todos os presentes, à Junta de Freguesia da Guia e ao seu Presidente, por ter facultado as instalações para a Assembleia Municipal. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 01 de Julho de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

